

Justiça Militar já fez 5 anos em Brasília



O Superior Tribunal Militar instalou-se em Brasília no dia 15 de fevereiro de 1973, depois de ter funcionado 165 anos no Rio de Janeiro, onde foi fundado em 1808 pelo príncipe regente Dom João VI com o nome de Conselho Supremo Militar de Justiça da Justiça alterado pela Constituição de 1891 para Supremo Tribunal Militar. A sua atual denominação teve origem na Carta Magna de 1946.

Composto de 15 ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo que três dentre Oficiais-Generais da Ativa da Marinha, três da Aeronáutica, quatro do Exército e 5 juristas. Desses juristas, três são de livre escolha do Presidente da República entre bacharéis de notável saber jurídico e idoneidade moral, com prática forense de mais de 10 anos; 2 entre Auditores da Justiça Militar e membros do Ministério Público Militar, alternadamente.

O presidente do STM é sempre Oficial-General de uma das 3 Forças Armadas, escolhido pelos seus pares, mediante rodízio entre as 3 Forças. A vice-presidência é exercida por um ministro togado, no mesmo período isto é, um biênio. O Procurador-Geral da Justiça Militar tem assento junto à mesa do Tribunal, representando a acusação.

COMPETÊNCIA

O Superior Tribunal Militar é órgão de segunda instância da justiça castrense, apreciando em grau de recurso as ações criminais iniciadas nas Auditorias, órgãos de primeira instância, e julgando questões suscitadas perante os Juizes inferiores. Tem jurisdição em todo o território nacional para os crimes militares definidos e de contrabando e descaminho em lei e nos previstos na Lei de Segurança Nacional, bem como os praticados em aeronave brasileira. É a última instância para os militares nos crimes militares e contra a segurança nacional. Os cidadãos civis podem recorrer ao Supremo Tribunal Federal, quando condenados pelo STM.

FIGURAS HISTÓRICAS

A corte castrense, a mais antiga do País, já teve à sua frente



as figuras de Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, e Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré. Na atualidade, foram seus ministros o Presidente Ernesto Geisel e o Vice-Presidente Adalberto Pereira dos Santos.

Ao ser transferido dois anos atrás para a capital federal, presidia o STM o Almirante-de-Esquadra Waldemar de Figueiredo Costa, sucedido pelo atual vice-Presidente da República. Hoje o STM é presidido pelo Tenente-Brigadeiro-do-Ar Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio, que, empossado em 19 de março último, vem imprimindo uma gestão marcada pela dinâmica e modernização dos diversos departamentos do tribunal. Nesse mês de administração, já foram criados o Centro de Informação Jurídica da Justiça Militar, onde será instalado brevemente um sistema de processamento de dados; uma Assessoria de Imprensa e Relações Públicas. Também foram iniciados estudos e nomeada uma comissão para a edição da Revista de Jurisprudência do STM; uma comissão para reforma do Regimento Interno, além de terem sido tomados os primeiros passos para a instalação da Auditoria da 12ª Circunscrição Judiciária Militar em Manaus, o que deverá ocorrer ainda na sua gestão.

Dos 14 ministros que estiveram presentes à primeira sessão do STM em Brasília, permanecem apenas 10: Grum Moss, Figueiredo Costa, aposentaram-se por limite de idade; Adalberto Pereira dos Santos assumiu a Vice-Presi-

dência da República; e Armando Perdigão faleceu em Brasília, em plena atividade judicante.

A composição do STM está completa. São seus ministros: Tenente-Brigadeiro-do-Ar Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio, presidente; Nelson Barbosa Sampaio, vice-presidente; Alcides Cameiro, jurista; Waldemar Torres da Costa, jurista; Almirante-de-Esquadra Sylvio Moutinho, General-de-Exército Augusto Fragoso, Amálio Salgado, jurista; General-de-Exército Sisenio Samento, Jacy Guimarães Pinheiro, jurista; General-de-Exército Jurandyr de Bizarria Mamede, Almirante-de-Esquadra Hélio Leite, General-de-Exército Rodrigo Otávio, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Honório Magalhães; Tenente-Brigadeiro-do-Ar Faber Cintra e Almirante-de-Esquadra Sampaio Fernandes.

PIONEIROS

Decidida a sua transferência para Brasília, iniciaram-se as construções dos imóveis do STM na Capital Federal em 1965, na gestão do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Alvaro Hecksher. Devido à falta de recursos orçamentários, as obras estiveram paralisadas alguns anos, até que o General-de-Exército Mourão Filho determinou seu reinício. Coube, no entanto ao Tenente-Brigadeiro-Ar, Armando Perdigão, instalar em Brasília, o primeiro órgão da Justiça Militar: a Auditoria da 11ª Circunscrição Judiciária Militar, inaugurou no 5º andar do Bloco 6 da Esplanada dos

Ministérios, onde, à época funcionava o Tribunal Federal de Recursos. Essa Auditoria que, até hoje, tem competência para processar e julgar, nos crimes militares e contra a segurança nacional, os delitos praticados no Estado de Goiás e em Brasília, competência essa prorrogada para conhecer os processos oriundos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, foi instalada na Capital Federal no dia 13 de janeiro de 1970, e dela faziam parte o Auditor José Bolívar Régis, o Procurador Militar Benedito Felipe Rauhen, o Advogado-de-Ofício Sylvio de Oliveira Guimarães, o Escrivão José Fadel Tabet e os escreventes juramentados Justiniano Barbosa, Arlindo Correia do Nascimento, Justo Thiago Moreira, Adilson de Vasconcelos Leal, Alza D'Abaddia Sallaberry Cayres e o Oficial-de-Justiça Alcebiades Moreira da Costa. Logo depois assumiu o cargo de Auditor titular o juiz Célio Lobão Ferreira, atual Auditor da Capital Federal, que tem como substituto o Auditor Fernando Przewodowski Nogueira. Desde 1970, funciona como Procurador o jurista Rutilio Torres Augusto.

PREDIOS RESIDENCIAIS

O funcionalismo do STM desfruta de moradias de alto padrão de construção. Os ministros moram todos no bloco H da Superquadra 115 e os funcionários categorizados habitam 5 blocos. Os funcionários de condição mais modestas residem na Superquadra 409, cujos apartamentos acompanham em padrão de construção os da SQS 115.